



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



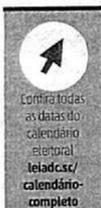
Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

20 de julho de 2016

Dada a largada para as convenções partidárias / Candidaturas / Coligações / Santa Catarina / Tribunal Superior Eleitoral / Blumenau / Chapecó / Itajaí / Criciúma / Joinville / Lages / Florianópolis / UFSC / Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

DADA A LARGADA PARA AS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

O PRAZO PARA oficialização das candidaturas começa hoje, mas as decisões só devem sair no início de agosto. Ritmo das negociações para formação das chapas e das coligações está intensificado nas sete cidades polo de Santa Catarina



ROELTON MACIEL, DARCI DEBONA, LARIANE CAGNINI, LEANDRO JUNGES, DAGMARA SPAUTZ E JEAN LAURINDO

O prazo para a realização das convenções partidárias começa hoje com muitas definições em aberto. Com exceções de pré-candidaturas a prefeito lançadas, ainda falta a escolha dos vices e o fechamento de

coligações nas cidades-polo: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí, Criciúma, Lages e Chapecó. O período, estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral, segue até dia 5 de agosto e grande parte dos partidos deve deixar para reunir os filiados e oficializar os candidatos no início do próximo mês.

Em Florianópolis, apenas PMDB, PSB e PSD já definiram datas para as

convenções. A situação reforça a incerteza do quadro a ser montado para outubro. Situação parecida ocorre em Joinville, onde seis partidos devem deixar as convenções apenas para agosto.

Em Criciúma, os cabeças de chapa e candidatos a vice já estão praticamente certos. Itajaí e Chapecó ainda têm cenários de dúvidas. Lages é um caso à parte: a lista de possíveis

pré-candidatos soma pelo menos 15 nomes e há grande margem para especulações.

Os blumenauenses ainda terão de esperar alguns dias para conhecerem com clareza as peças do tabuleiro eleitoral. Embora alguns partidos já tenham a situação encaminhada, a maioria deve deixar os encontros que vão sacramentar as coligações para os últimos dias do prazo.

BLUMENAU

O PSDB do prefeito Napoleão Bernardes, que busca a reeleição, ganhou o apoio oficial do DEM. O presidente da Câmara de Vereadores Mário Hildebrandt (PSB) deve ser anunciado como vice da chapa. No PSD, a candidatura a prefeito do deputado estadual Jean Kuhlmann (PSD) está muito próxima de atrair o comunicador Alexandre José (PRB). A definição passa por um posicionamento da executiva nacional do PRB, que pode sair até o fim desta semana. A confirmação de aliança com o PRB deve levar também o apoio de PPS, PSC, PRB e PSL. A convenção do PSD, no entanto, deve ocorrer apenas entre 30 de julho e 5 de agosto.

Se a direção nacional do partido considerar importante manter o projeto de candidatura (de Alexandre José), precisaremos de um aporte financeiro. Caso contrário o caminho natural deve ser a aliança com Jean (Kuhlmann), até porque já estivemos juntos com o PSD em outras eleições — conta o presidente do PRB de Blumenau, Walter Salvador.

No PSD, o clima ainda é de mistério sobre a confirmação do vice. Um dos fatores que aumentam a aproximação entre PSD e PRB é candidatura própria do PMDB, que aposta no médico Marcelo Lanzarin (PMDB) após ocupar apenas vagas de vice nas últimas três eleições. O partido deve fazer a convenção já no

dia 29 para confirmar o posicionamento. O vice, segundo o presidente do diretório peemedebista, Ericson Luef, pode sair do partido ou de algum aliado. O PDT deve ratificar a candidatura do vereador Ivan Naatz a prefeito, com apoio do PPL. No PT, o professor Valmor Schiochet tende a ser confirmado como candidato a prefeito. Mesma situação ocorre no PCdoB, com o comunicador Arnaldo Zimmermann. Nos últimos dias, houve aproximação entre PT e PCdoB. O PSOL, que no mês passado teve a desistência da pré-candidata Geórgia Faust Martins, é especulado para apoio, mas cogita apresentar um nome para a disputa majoritária.

OS COTADOS

- Jean Kuhlmann (PSD)
- Mário Hildebrandt (PSB)
- Alexandre José (PRB)
- Marcelo Lanzarin (PMDB)
- Ivan Naatz (PDT)
- Valmor Schiochet (PT)
- Arnaldo Zimmermann (PCdoB)

CHAPECÓ

Em Chapecó existem cinco pré-candidaturas anunciadas. Uma delas é da situação, com Luciano Buligon (PSB), eleito como vice de José Cláudio Caramori (PSD) e que assumiu a prefeitura quando este foi para o Badesc no ano passado. Buligon foi eleito pelo PMDB, mas migrou para o PSB. Falta definir o vice. O empresário Plínio David De Nês Filho (DEM) foi apontando como o favorito, mas ainda não confirmou se aceita. Se ele não aceitar, os demais partidos da coligação tentarão o vice. Além do DEM os apoiadores são o PSD, PP, PR, PTB, PRB, PSL e Solidariedade.

Da oposição, o primeiro nome a se lançar foi o deputado estadual César Valduga (PCdoB). Já foi o vereador

mais votado na cidade e sonhava ser o nome que aglutinaria a oposição. Tradicionalmente, o PCdoB apoiava o PT, mas agora pretende ir em carreira solo.

O PMDB vem namorando com o PCdoB há um bom tempo, mas uma ala do partido defende a candidatura própria. O ex-reitor da UnoChapecó Gilberto Agnolin (PMDB) é o nome escolhido como pré-candidato para disputar a prefeitura.

O PT, que foi governo de 1997 a 2004, lançou a deputada estadual Luciane Carminatti para tentar quebrar a hegemonia da atual administração. O PT também tenta unir a oposição.

A pré-candidatura do empresário Gui Pereira (PDT) reúne um grupo de

partidos que se uniram: PSDC, PPS, PPL, PV, PT do B, PTC, PRB, Rede, PSC e PTN. Este grupo abre mão da cabeça de chapa por uma coligação. O que está definido é que eles serão um bloco de oposição. Se o PMDB coligar com o PCdoB é provável que façam a composição com o PT, indicando o vice.

Nesta semana houve uma reunião com os quatro candidatos de oposição, para ver se há possibilidade de candidatura única. Mas a maior dificuldade é encontrar alguém disposto a abrir mão da cabeça de chapa. Outra indefinição é o sobre o PSDB. Há possibilidade de se unir ao grupo de Buligon ou entrar numa chapa de oposição.

OS COTADOS

- Luciano Buligon (PSB)
- César Valduga (PCdoB)
- Gilberto Agnolin (PMDB)
- Luciane Carminatti (PT)
- Gui Pereira (PDT)



Veja análises do repórter de política Upiara Bosch. [leiadsc/opinio_upiara](#)

ITAJAÍ

A disputa eleitoral em Itajaí ganhou novos contornos após a desistência de Paulo Bornhausen (PSB) e de o ex-deputado Décio Lima (PT) ter sinalizado com a possibilidade de não concorrer. Novos nomes surgiram e a polarização foi por terra. A cidade tem hoje pelo menos três pré-candidatos confirmados – a vereadora Anna Carolina Martins (PSDB), o ex-deputado Volnei Morastoni (PMDB) e o advogado João Paulo Tavares Bastos (PP) – e a possibilidade de uma candidatura do PT, que ainda não confirmou se terá à frente o próprio Décio ou o ex-vereador João Vechi.

Morastoni é o nome mais tradicional na política itajaiense na disputa. Ex-prefeito, ex-deputado estadual, deixou no ano passado o PT para ingressar no PMDB com status de

pré-candidato e a bênção da executiva estadual. O nome mais cotado para ser vice dele é o do vereador Maurílio Moraes (PR), mas o partido também conversa com PDT e PPS.

A vereadora Anna Carolina Martins faz forte oposição ao governo Jandir Bellini e foi indicada pelos tucanos. O PSDB já firmou com PTN, PSC, Rede, PSL, PTB, PRB, PTC, DEM e PCdoB. O novato no cenário é João Paulo Tavares Bastos. O candidato do prefeito Jandir Bellini (PP) é ex-presidente da subseção Itajaí da OAB e estreia na política. O nome do ex-vereador Nikolas Reis (PDT) era cotado para vice, mas as conversas permanecem abertas, até porque o partido de Nikolas também negocia com o PMDB.

PSB, PSD, PRB e PROS firmaram apoio ao projeto, e o PP mantém negociações abertas com PV e PPS.

OS COTADOS

- Décio Lima (PT)
- Anna Carolina Martins (PSDB)
- Volnei Morastoni (PMDB)
- João Paulo Tavares Bastos (PP)
- João Vechi (PT)

JOINVILLE

Em busca de aliados e de vices, os partidos deixarão interlocutores em campo até os 45 minutos do segundo tempo do período dedicado às convenções. Dos nove partidos que têm pré-candidatos à prefeitura, PT, PMDB, PP, PSD, PSDB e PDT devem realizar as convenções na primeira semana de agosto e cogitam a data do dia 4.

A candidatura à reeleição de Udo Döhler (PMDB) ainda não tem vice e está à espera de apoio de partidos como PSB, PPS, PR, PSC, PV e PCdoB. Outros dois ex-prefeitos que estão no páreo são Marco Tebaldi (PSDB) e Carlito Merss (PT). Os tucanos têm nomes mapeados para formar a chapa e uma mulher é a preferência.

Enfrentando um dos momentos

mais difíceis de sua história, o PT pode ficar sozinho na disputa e uma das hipóteses mais comentadas é a chapa Carlito e Ivan Macieski, padre com participação marcante na comunidade da zona Norte da cidade.

— Vamos deixar para a última hora. Todo mundo vai fazer isso, porque até o último momento pode acontecer alguma mudança — disse João Batista Souza, presidente do PT.

Com o apoio do governador Raimundo Colombo, o deputado estadual Darci de Matos (PSD) também quer PSB, PR e PDT, que tem como pré-candidato o ex-vice prefeito de Marco Tebaldi, Rodrigo Bornholdt. O candidato do PP, Dr. Xuxo, que quase chegou à Câmara dos Deputados, dificilmente deixará de concorrer.

OS COTADOS

- Udo Döhler (PMDB)
- Dr. Xuxo (PP)
- Carlito Merss (PT)
- Marco Tebaldi (PSDB)
- Rodrigo Bornholdt (PDT)
- Darci de Matos (PSD)
- Ivan Rocha (PSOL)
- Marcos Soares (PEN)
- Valmir Santhiago Jr. (REDE)

FLORIANÓPOLIS

Pontos de interrogação vão permanecer sobre a maioria das coligações em Florianópolis até as vésperas do prazo-limite para a realização das convenções partidárias, dia 5 de agosto. Quem sai na frente nas convenções é o PSB, partido do ex-secretário de Planejamento do governo Colombo, Murilo Flores. O nome dele será confirmado como o pré-candidato a prefeito da legenda amanhã. O vice da chapa ainda é incerto. O PMDB, do pré-candidato e deputado estadual Gean Loureiro, também tem data definida: a convenção do partido será no dia 31. Ex-secretário municipal de Educação e ex-reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz deve ser oficializado como candidato a prefeito do PSD dia 5 de agosto. O candidato natural do partido era o prefeito Cesar Souza Junior, que anunciou desistência em junho. Mas ontem ainda pairavam no ar boatos de que ele voltaria à disputa. O partido nega.

Outras legendas ainda não definiram os dias e devem formalizar nomes e coligações em cima da hora. Uma das maiores indefinições paira sobre a participação do PSDB na disputa. Marcos Vieira é o pré-candidato tucano à prefeitura, mas os planos podem mudar caso alguma coligação de peso seja costurada nos próximos dias.

Tercera mais votada nas eleições de 2012 na Capital, a deputada federal Angela Albino (PCdoB) tem chance de fortalecer a candidatura própria caso atraia outros partidos, não só os de esquerda, ao seu projeto de campanha. O nome da deputada, no entanto, é cobijado por outras alianças em construção – movimentações que podem também impactar nos planos de Elson Pereira (PSOL) e Gabriel Kazapi (PT), ambos pré-candidatos. A lista de preferíveis da Capital ainda inclui Angela Amin (PP) e Ildo Rosa (PPS).

OS COTADOS

- Gean Loureiro (PMDB)
- Angela Amin (PP)
- Angela Albino (PCdoB)
- Elson Pereira (PSOL)
- Gabriel Kazapi (PT)
- Ildo Rosa (PPS)
- Murilo Flores (PSB)
- Rodolfo Pinto da Luz (PSD)
- Marcos Vieira (PSDB)

CRICIÚMA

Quatro chapas caminham para a disputa pelo Executivo. O atual prefeito Márcio Búrgio (PP) deve ter como vice Acélio Casagrande (PMDB). Já o vice-prefeito e presidente do PSDB, Verceli Coral, indica que o partido vai com chapa pura, composta por Clésio Salvaro, ex-prefeito de Criciúma, e pelo vereador Ricardo Fabris. Coral e Búrgio já atuam como rivais criticando abertamente a atuação um do outro na gestão da cidade.

O PT, que também deve ter chapa pura, vai definir o candidato a vice de Fábio Brezola na convenção dia 31. Alguns nomes já estão em discussão dentro do partido, e Brezola adianta que o vice deve ser alguém de fora do meio político, capaz de agregar outras esferas da sociedade e abrir espaço para o partido dialogar.

Entre as primeiras coligações a serem definidas dentro do cenário político de Criciúma, PSB e PSD estão fechados. Cleiton Salvaro (PSB), primo do ex-prefeito e também candidato Clésio, terá a vereadora Tati Teixeira (PSD) como vice. Ela foi a mais votada no município e está em seu segundo mandato. O PDT se manterá na aliança com Márcio Búrgio. A perspectiva é consolidar a aliança com PP, PMDB, PDT, PCdoB, PPS, PSC e PRB no dia 30 de julho.

LAGES

O que não falta é pré-candidato a prefeito em Lages. Entre nomes já anunciados e especulados, a lista soma 15 opções, mas é certo que o leque de preferíveis vai se fechar nos próximos dias, na medida em que os partidos formalizarem coligações antes ou nos atos das convenções. Ontem mesmo o ex-vereador Marcíus Machado (PR) e Andréia Strasser (PDT) anunciaram parceria. Nos próximos dias também será conhecido o pré-candidato a vice do atual prefeito Elizeu Mattos (PMDB). O atual vice, Toni Duarte, é cotado para candidatura própria. Embora não confirme, a deputada federal Carmen Zanotto também é apontada como opção para o PPS, cenário que daria nova arquitetura à disputa. Indefinição também afeta os planos do PSDB para as eleições: o empresário da comunicação Roberto Amaral, que já falava na condição de pré-candidato do partido, nos últimos dias passou a enfrentar a concorrência interna do empresário do setor imobiliário Dilmar Monarín. A relação entre os dois está estremeçada. O PSDB deverá bater o martelo e decidir por um nome na convenção aguardada para o próximo dia 5.

Derrotado por uma margem mínima nas últimas eleições municipais, o ex-deputado Antônio Ceron (PSD) estará novamente na disputa, com um vice ainda não definido – a convenção do partido deve ficar para o dia 5. Arnaldo Moraes (PP) também fala como pré-candidato e não aceitaria ser vice de outro postulante ao governo.

OS COTADOS

- Márcio Búrgio (PP)
- Clésio Salvaro (PSDB)
- Fábio Brezola (PT)
- Cleiton Salvaro (PSB)

OS COTADOS

- Anilton Freitas (PIB)
- Antônio Ceron (PSD)
- Antônio Chaves (PEN)
- Arnaldo Moraes (PP)
- Carmen Zanotto (PPS)
- Cel. Crisóstomo (PRB)
- Dilmar Monarín (PSDB)
- Domingos Valente (PV)
- Elizeu Mattos (PMDB)
- Marcíus Machado (PR)
- Mário Hoeller Souza (PSB)
- Professor Rodrigues (PT)
- Roberto Amaral (PSDB)
- Sérgio Godinho (PRT)
- Toni Duarte (PPS)

Rombo milionário / Educação / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Conta de energia elétrica / Bolsas de auxílio estudantil / Curso de Medicina / Florianópolis / Governo federal / José Mendonça Filho / Lei Orçamentária / Curitibanos / Araranguá / Programa Mais Médicos / Colégio de Aplicação / Ponto eletrônico / Ministério Público Federal / MPF / Vladimir Artur Fey / Reestruturação e Expansão das Universidades Federais / Reuni / Serviços terceirizados / Diretório Central dos Estudantes / DCE / Plínio Oliveira Filho / Orçamento / Plano Nacional de Assistência Estudantil / Crise econômica / Ministério do Planejamento / Unisul / Roselane Neckel / Brasília / MEC / Lúcia Pacheco / Luis Carlos Cancellier de Olivo

NOTÍCIAS | EDUCAÇÃO

ROMBO MILIONÁRIO

MESMO COM A LIBERAÇÃO de R\$ 14 milhões para a UFSC, anunciada ontem pelo ministro da Educação em visita ao Estado, principal universidade de Santa Catarina acumula déficit de R\$ 40 milhões nas contas para custeio de estrutura e investimentos

LARISSA LINDER
larissa.linder@diariocatarinense.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem feito escolhas difíceis nos últimos meses: pagar a conta de energia elétrica ou as bolsas de auxílio estudantil? Comprar um edifício para o curso de Medicina no interior do Estado ou desistir, pelo menos por enquanto, da aquisição? Equilibrar os débitos da instituição não tem sido fácil, especialmente porque falta o principal, dinheiro. O déficit já alcança R\$ 40 milhões.

Pelo menos desde 2014, a universidade enfrenta dificuldades com a liberação de verba do governo federal. O ano de 2016, por exemplo, já começou com um déficit de R\$ 11,4 milhões só de custeio. Essa dívida é de contas de energia elétrica e de serviços terceirizados que não foram pagos no ano passado. Não entra nesse cálculo os valores deste ano, que já estão atrasados. Em visita a Florianópolis ontem, o ministro da Educação, José Mendonça Filho, anunciou a liberação de R\$ 14 milhões à UFSC, valor que ajuda, mas não resolve o problema das contas.

Com um custo previsto de despesas correntes de R\$ 170 milhões para 2016, mais R\$ 43 milhões para investimentos, como construção de novos prédios -, a principal universidade do Estado obtém um orçamento de R\$ 167 milhões da União, valor que já inclui esses R\$ 14 milhões anunciados. Só por aí, a conta já não fecha. Se considerar o que está em atraso, a situação piora.

Os R\$ 167 milhões aprovados na lei orçamentária não significam que a universidade está com esse dinheiro na conta. Isso porque o governo federal segura - contingência - a verba e vai liberando gradativamente, conforme julgar melhor.

Uma série de obras, contudo, estão no papel, paradas ou andando lentamente. Um exemplo são os cursos de Medicina previstos para Curitibanos e Araranguá dentro do programa Mais Médicos, do governo federal. Entre 2014 e 2016, o investimento previsto era de R\$ 20 milhões. Nada foi executado.

Além de uma lista extensa de construções, outros investimentos estão sendo deixados de lado. Desde uma simples obra de acessibilidade no colégio de Aplicação até a atualização da tecnologia da informação (TI) de toda a instituição. Algumas dessas são, inclusive, exigências legais, como a implantação do ponto eletrônico, exigida pelo Ministério Público Federal (MPF).

Para o Secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC, professor Vladimir Artur Fey, a federal tem seu orçamento sufocado há décadas. Com aumento expressivo no número de alunos e de cursos - por conta do Reestruturação e Expansão das

Somando os campi de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville, a UFSC tem

46.251
Estudantes

5.615
Servidores

Universidades Federais (Reuni) - a instituição também precisa crescer. Mas, na opinião de Fey, houve um descompasso entre políticas públicas e orçamento.

As cotas, por exemplo, são um ganho inegável para a sociedade. O processo de inclusão era algo que tinha que ser feito. Mas a verba repassada não deu conta da ampliação - opina. Além do crescimento no número de alunos e cursos, a terceirização é mais um problema para a universidade, que passa a ter uma conta a mais para pagar. Enquanto os servidores são pagos pelo Tesouro Nacional, os serviços terceirizados entram na pilha de contas da instituição. À medida que os trabalhadores vão se aposentando e sendo substituídos por terceirizados, esse débito só cresce.

ESTUDANTES BUSCAM SOLUÇÕES PARA CRISE

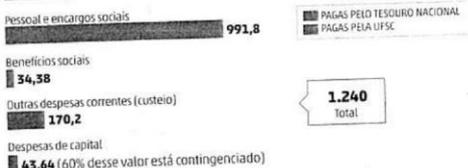
As diretorias de centros e alunos têm planejado medidas para reduzir as despesas. Para a economia de energia elétrica, foi criada uma campanha. Em virtude da redução de terceirizados para a limpeza, também foi realizado uma ação junto aos estudantes para auxiliar no trabalho de limpeza dos ambientes.

De acordo com o coordenador geral do Diretório Central Estudantil (DCE), o estudante de Medicina Plínio Oliveira Filho, há uma compreensão das dificuldades enfrentadas pela universidade e a vontade de colaborar.

- Nossa visão é de que é preciso buscar soluções pragmáticas. Se for o caso de o setor privado entrar na universidade para, na outra ponta, ter mais dinheiro que vai auxiliar na permanência de alunos, temos que entender como algo benéfico - diz o estudante.

Segundo Plínio, o DCE tem buscado parcerias com o setor privado para fazer a carteirinha de estudante e promover obras de acessibilidade nos prédios.

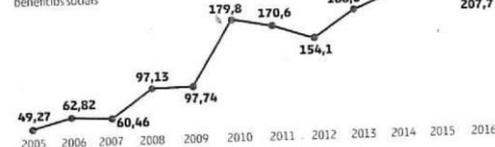
DESPESAS EM 2016 (EM MILHÕES DE R\$)



CUSTOS X ALUNOS

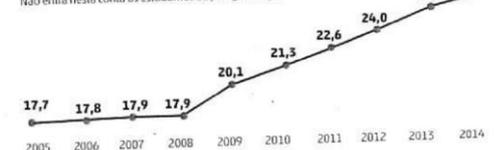
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTOS (EM MILHÕES DE R\$)

Não entram nesta conta o gasto com o funcionalismo e os benefícios sociais



NÚMERO DE ALUNOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO (EM MIL)

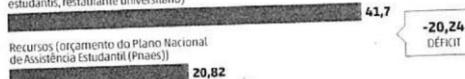
Não entra nesta conta o estudantes de pós-graduação



PRINCIPAIS DÍVIDAS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM 2016 (EM MILHÕES DE R\$)

Despesas (bolsas, pro-reitoria assuntos estudantis, restaurante universitário)



CUSTEIO REFERENTE A 2015 (EM MILHÕES DE R\$)



“Cortes permearam governos FHC, Lula e Dilma”

Dado o contexto atual de crise econômica, que saída as universidades federais têm?

A falta de recursos, faz algum tempo, tem levado muitas universidades públicas a venderem serviços públicos, o que pode representar uma saída para determinados nichos dentro delas (áreas tecnológicas), mas não é sustentável para a maioria dos cursos. As instituições estão reduzindo custeio, o que afeta as condições dos serviços prestados aos alunos e prejudica a pesquisa e extensão.

Apesar de vivermos um momento difícil, na sua opinião, é o caso de fazer cortes em áreas sensíveis como educação?

Os cortes têm acontecido de forma mais aguda em todas as universidades. Não domino o orçamento específico da UFSC. Em momentos de crise, a distância entre orçado e executado aumentou, via contingenciamento de recursos pelo Ministério do Planejamento. Foi uma opção de prioridade, visando manter um nível aceitável

(para o mercado) de pagamento da dívida pública. Certamente tal corte prejudicou e muito o custeio da UFSC.

Há cerca de uma década, por conta especialmente da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as instituições se expandiram. Houve um descompasso entre políticas públicas e orçamento/planejamento?

O Reuni garantiu uma expansão de vagas, mas isso aconteceu de forma muito diferenciada por todo o país. Ampliaram-se vagas em troca de resolução de problemas estruturais antigos, mas muitas vezes tal expansão foi também pela otimização

dos espaços existentes, especialmente com ensino noturno. Não acho que o maior problema tenha sido falta de capacidade de execução, mesmo que possa ter ocorrido pontualmente. Entre a aprovação orçamentária e a liberação há uma via-crucis proposital, atrasos proposital, dificuldades burocráticas, tudo para inviabi-

lizar que os órgãos públicos gastem todo o dinheiro liberado. O Reuni expandiu, mas num formato inferior em termos de custos praticados anteriormente. Forçou a uma adaptação de padrão dentro das universidades. Um subproduto desta expansão é que o valor por aluno no ensino federal caiu ou ficou estável na década.

Com as terceirizações e o aumento de alunos sem aumento proporcional de orçamento, gestores da universidade afirmam que há um estrangulamento do orçamento das federais. Qual sua opinião a respeito?

Concordo. No fundo, todas as medidas de contenção partem de uma visão que permeou os governos FHC, Lula e Dilma de que as universidades eram caras e que poderiam fazer mais com menos. Infelizmente. O estrangulamento significa aumento da pressão por privatizações internas – taxas, cobranças de mensalidades para cursos de especialização, mestrado e doutorado, dependência de programas federais para qualquer atividade de pesquisa. E, com isso, cresce a pressão por entrega de parcelas dos serviços públicos para o setor privado.

Medicina em Araranguá virou sonho

Em 2014, os moradores de Araranguá e região receberam a boa-nova: iriam contar com um curso de Medicina da UFSC na cidade. A promessa veio no âmbito do programa Mais Médicos, do governo federal, coordenado no Estado pela universidade. Com pouco mais de 60 mil habitantes, a novidade teria enorme impacto para o município. A história, porém, não foi tão fácil assim.

Para receber o novo curso, no ano passado a UFSC anunciou a compra de um prédio da Unisul – já utilizado em parte pela universidade federal ao custo de R\$ 30 mil de aluguel mensal. Para receber a nova graduação, a estrutura sofreria reformas. De acordo com a ex-vice reitora Lúcia Pacheco, já havia a expectativa de comprar o edifício pelo menos desde 2013, mas foi preciso aguardar a Unisul saldar uma dívida com a União.

Neste ano, em abril, a ex-reitora Roselane Neckel foi a Brasília para garantir a compra do imóvel. Saiu de lá com uma autorização extraorçamentária. Isso não significa que a universidade recebeu o dinheiro. Era um tipo de compromisso do MEC de que seriam reservados R\$ 8 milhões para a primeira parcela da compra (o valor total do imóvel era de R\$ 177 milhões).

Com o documento em mãos, Roselane assinou o contrato com a Unisul em 10 de maio. No dia seguinte, ela já não estaria mais na função. Luís Carlos Cancellier sentou na cadeira de reitor com essa conta para pagar.

– Pedimos a dotação orçamentária ao

MEC [o segundo passo para obter a verba após a autorização] mas não conseguimos. Não tínhamos como pagar essa conta, não sabíamos quando e se teríamos. Optamos por sentar e conversar com a Unisul para rescindir o contrato – disse o reitor.

Foi o que aconteceu. No dia 8 de junho, foi assinada a rescisão.

PROCESSO DE COMPRA É QUESTIONADO

Para Lúcia Pacheco, seria possível efetivar a compra se houvesse esforço.

– O processo de compra em um órgão público é uma coisa muito burocrática, desgastante e demorada. Mas é possível.

Em contrapartida, o atual reitor argumenta que não poderia ter sido assinado um contrato tendo como base apenas um documento de autorização de orçamento.

– No mínimo, teriam que ter a dotação orçamentária em mãos. Mas o correto mesmo seria esperar o dinheiro chegar para, daí sim, assinar. Fizemos uma compra sem ter o dinheiro. Além disso, a compra não passou pelo conselho – acusa Cancellier.

Em 2013, a ex-reitora Roselane Neckel assinou um termo de ajuste de conduta (TAC) com o Ministério Público para garantir que, dali em diante, qualquer aquisição passaria pelo conselho.

A instalação dos cursos de medicina no interior de SC não está descartada. Mas, sem verba, não é possível prever quando haverá dinheiro para esse investimento.

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Como funciona o caminho do dinheiro dos cofres à universidade

1. ORÇAMENTO

Todo ano, é elaborado um projeto de lei orçamentária (PLO) para o ano seguinte. Nesse projeto, a universidade estipula o valor que irá precisar, dentro de um limite pré-estabelecido pelo MEC.

O PLO é, então, enviado para aprovação do Congresso Nacional, para se tornar Lei Orçamentária. Nesse processo, pode sofrer alterações. Foi o que aconteceu com a UFSC no ano passado. Entre o projeto e a Lei, foram cortados R\$ 11 milhões.

2. LIBERAÇÃO DE LIMITE DE EMPENHO

O dinheiro aprovado como orçamento não vai direto para o caixa da universidade. Ele é liberado gradativamente. O primeiro passo é a liberação do limite de empenho por parte do governo federal.

3. EMPENHO

Uma vez liberado o uso da verba, a universidade faz o empenho, ou seja, contrata e se compromete a pagar determinado serviço, como as empresas terceirizadas de limpeza.

4. EXECUÇÃO

Realização do serviço.

5. LIQUIDAÇÃO

Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf) de que a execução foi concluída.

6. PAGAMENTO

COM A PALAVRA, O MEC

1 Que critérios o MEC tem utilizado para fazer cortes ou contingenciar verba?

O MEC procura manter diálogo não só com a UFSC, mas com todos os dirigentes das instituições federais de ensino, para buscar soluções. Nas universidades e nos institutos federais, para se adequar ao ajuste realizado ao longo do último ano, o MEC priorizou as despesas de custeio. Assim, foram preservados, integralmente, os limites para empenho das despesas com: hospitais universitários, custeio da assistência estudantil e residência médica. Quanto às despesas relacionadas aos investimentos, estão sendo priorizadas as obras em fase mais avançada de execução.

2 Na formulação do projeto de lei orçamentária, o valor estipulado para a UFSC em 2016 era de R\$ 179 milhões. Contudo, no processo de aprovação, foram subtraídos R\$ 11 milhões. Qual foi a justificativa? E qual foi o critério desse corte?

É importante lembrar que todo o orçamento da União tem algum nível de contingenciamento, determinado pelo decreto nº 8.784/2016, em que é possível verificar os limites por órgão e tipo de despesa. O MEC está realizando uma análise cuidadosa do orçamento. É importante destacar ainda que a atual gestão recebeu o orçamento com um corte de R\$ 6,4 bilhões. No entanto, já foi possível recompor R\$ 4,7 bilhões de modo a minimizar qualquer prejuízo a políticas do ministério. Com relação a esse valor específico, a diferença é relacionada a ajuste na fonte de recursos, que inicialmente previa como fonte o Tesouro Nacional, e depois os mais de R\$ 10 milhões foram realocados na fonte de receitas próprias da instituição, permanecendo desta forma em favor da UFSC, mas dentro dos limites previstos pela Secretaria de Orçamento Federal.

3 Desde 2014, de acordo com a gestão anterior, a universidade vem sofrendo cortes. Por conta disso, obras tiveram seu ritmo reduzido ou foram paralisadas. Ou ainda nem começaram. Isso inclui, por exemplo, toda a infraestrutura para implantação de cursos de medicina no interior, no âmbito do programa Mais Médicos, que deveria ter iniciado em 2014. Neste caso específico, o orçamento (em torno de R\$ 20 milhões) foi contingenciado. Qual o motivo do contingenciamento? É possível termos uma previsão de quando haverá um descontingenciamento?

Enfatizamos que o contingenciamento é do orçamento da União como um todo, em razão da queda da arrecadação. A atual gestão recebeu o Ministério da Educação com dívidas de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, com atrasos de repasses, programas sobrepostos e ações pulverizadas que não apresentaram resultados satisfatórios. Isso atingiu, também, as universidades, que contam atualmente com 830 obras, das quais 612 estão em execução e 218 paralisadas (em 41 universidades).

Diário Catarinense

Capa

“Verba liberada por ministro cobre só 35% do rombo da UFSC”

Verba liberada por ministro cobre só 35% do rombo da UFSC / Mendonça Filho / Educação



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[**Cinco concursos públicos oferecem mais de 500 vagas de emprego em SC**](#)

[**UFSC está entre as 70 universidades mais bem conceituadas dos BRICS**](#)

[**Inauguradas as instalações do packing house da Cooperpomares em Monte Castelo**](#)

[**UFSC abre concurso com dez vagas para Curitibanos**](#)

[**Santa Catarina tem 12 locais de treinamento pré-Jogos Olímpicos**](#)

[**Emergência para adultos do HU em Florianópolis é fechada nesta quarta**](#)

Festival Estadual Nossa Arte
Recursos liberados para UFSC cobrem somente 35% do rombo na
instituição

Emergência adulta do Hospital Universitário fecha por superlotação